

PROGRAMA DE DISCIPLINA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE
DISCIPLINAS

DISCIPLINAS

CÓDIGO

NOME

ENGJ35

CADASTRO TERRITORIAL

CARGA HORÁRIA

CRÉDITOS

ASSINATURA DO CHEFE DO DEPARTAMENTO

ANO

T	P	E	TOTAL
34h	34h		68h


DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia

2014

EMENTA

Conceito e histórico. Princípios dos principais sistemas cadastrais em outros países. Cadastros e Sistemas Cadastrais, Modelos Teóricos do Cadastro, Estrutura fundiária do Brasil. Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis. Cadastro e Avaliação Imobiliária. Legislação cadastral rural. Problemas na demarcação de limites. Técnicas e métodos de levantamentos cadastrais. A cartografia urbana. O cadastro Multifinalitário e suas aplicações. Sistemas de informações geográficas (SIG) aplicados ao cadastro. O espaço urbano: aspectos da urbanização brasileira. A dinâmica do espaço urbano e o planejamento estratégico. Metodologia do planejamento urbano. Elementos do Plano Diretor. Política imobiliária e fundiária e de uso do solo

OBJETIVOS

- apresentar conceitos relacionados aos sistemas de cadastro territorial
- conhecer aspectos do sistema cadastral brasileiro em áreas urbanas e rurais
- realizar atividades práticas de medição cadastral

METODOLOGIA

Aulas teóricas expositivas com discussões;
Realização de seminários e produção de textos;
Atividades práticas / relatório técnico de levantamento cadastral;
Avaliações escritas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Sistema de Cadastro Territorial

- 1.1. Funções do Cadastro – fiscais, registrais, e administrativas
- 1.2. Elementos do Cadastro Territorial - bases geométrica, cartográfica e descritiva
- 1.3. Visão internacional do Cadastro - Cadastro 2014 (FIG)
- 1.4. Histórico do Cadastro no mundo – Cadastro Napoleônico
- 1.5. Histórico do Cadastro no Brasil - Registro do Vigário, Juiz Comissário de Medições, Projeto CIATA, outros
- 1.6. Informações descritivas do cadastro territorial brasileiro – BIC, SNCR, CAFIR
- 1.7. Imposto sobre o uso e ocupação do território brasileiro – IPTU, ITR
- 1.8. Parcela Territorial
- 1.9. Lei 10.267/2001 (Georreferenciamento de imóveis rurais)
- 1.10. Portaria 511/2009 – Ministério das Cidades – Cadastro Territorial Multifinalitário
- 1.11. Atualização Cadastral

2. Medição Cadastral

- 2.1. Rede de referência cadastral
- 2.2. Georreferenciamento ao Sistema Geodésico Brasileiro
- 2.3. Cartografia Cadastral: conteúdo, projeção cartográfica, precisão, escala
- 2.4. Medição cadastral de parcelas rurais: georreferenciamento de imóveis rurais, normas técnicas do INCRA
- 2.5. Medição cadastral de parcelas urbanas: métodos ortogonal, alinhamento, polar, trilateração, integração de métodos

3. A multifinalidade do Cadastro Territorial

- 3.1. Cadastro e a dinâmica do espaço territorial
- 3.2. Sistema de Registro de Imóveis
- 3.3. Cadastro Territorial e Registro do Patrimônio Público
- 3.4. Cadastro Territorial como suporte aos planos diretores municipais
- 3.5. Cadastro territorial como suporte à regularização fundiária
- 3.6. Cadastro Territorial e o Cadastro Ambiental Rural (CAR)
- 3.7. Cadastro Territorial e Terreno de Marinha
- 3.8. Cadastro Territorial e a INDE

4. Avaliação de imóveis

- 4.1. Avaliação de imóveis urbanos
- 4.2. Avaliação de imóveis rurais
- 4.3. Planta de Valores Genéricos

5. Sistema de Informações Territoriais (SIG) aplicado ao Cadastro

6. O profissional responsável pela execução do Cadastro

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABNT, NBR 14166 - Rede de Referência Cadastral Municipal – Procedimentos. 1998.

Brandão. A.C. O princípio da vizinhança geodésica no levantamento cadastral de parcelas territoriais. Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC – Departamento de Engenharia de Produção e Sistemas. 2003. 138p.

BRASIL. Lei 6015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os Registros Públicos. Disponível em: <www.senado.gov.br/legbra/brssorry2.html>. Acesso em: 26/03/2000.

BRASIL. Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de


DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia

dezembro de 1996, e dá outras providências.

Carneiro, A.F.T, 2003a. Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis – A Lei 10.267/2001, o Decreto 4.449/2002 e Atos Normativos do INCRA, Sérgio Fabris Editor, Porto Alegre, 167p

CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4a ed. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 1997. 505p.

FIG. Statement on the Cadastre. International Federation of Surveyors, FIG Bureau, Canberra, Australia. 1995.

INCRA. Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais. 1a Ed. Ministério do Desenvolvimento Agrário – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Nov, 2003. <http://www.incra.gov.br/>

KAUFMANN, J., STEUDLER, D. Cadastre 2014 – A Vision for a Future Cadastral System. FIG, Commission 7, July 1998. 51p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário nos Municípios Brasileiros – Manual de Apoio. Organizadores: Cunha, E. M.P., Erba, D. A. ISBN: 978-85-7958-018-5. Brasília, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLACHUT, T.J. CHRZANOWSKI, A. SAASTAMOINEN, J.H. Cartografía y Levantamientos Urbanos. Dirección General de Geografía del Territorio Nacional. Springel - Verlag. New York Inc. 1979.

BRASIL. Lei 6.766, de 19/12/1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. [online]. Disponível pela Internet. URL: <http://www.senado.gov.br/legbra/brs/sorry2.html>. Arquivo capturado em 18/05/00.

BRASIL. Decreto nº. 89.817, de 20/06/1984 – Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana, e dá outras providências.

EBERL, Horst Karl Dobner. Sistemas Cadastrales . Mexico, 1982.

BRASIL, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Novo Código Civil, em vigor a partir de 10/01/2003.

ESTATUTO DA CIDADE. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília, 2001.

FUNDAÇÃO IBGE. Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos. Coletânea das Normas vigentes, Rio de Janeiro, 1998.

GEMAEL, Camil. Introdução ao Ajustamento de Observações – Aplicações Geodésicas. Editora UFPR. Curitiba, 1994. 319p.

LARSSON, Gerhard. Land Registration and Cadastral Systems. British Library Cataloguing in Publication Data. UK, 1991.

LINCOLN INSTITUTE OF LAND POLICY. Aplicaciones del Catastro Multifinalitario en la Definición de Políticas de Suelo Urbano. Curso a distância. <http://www.lincolnst.edu>



DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia

Aprovado na Reunião Extraordinária do Colegiado do Curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica realizada em 19 de Setembro de 2014.

Aprovado na 373ª Reunião Ordinária do Departamento de Transportes realizada em 26 de Setembro de 2014.



DENISE MARIA DA SILVA RIBEIRO
Chefe do Depto. de Engenharia
de Transportes e Geodésia